



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 8591410/2018-DITEC/PF

Processo nº 08200.007528/2018-01

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de mapa para ser posicionado no gabinete da Diretoria Técnico-Científica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	1 (um) mapa a ser afixado na parede do Gabinete da Diretoria Técnico-Científica, mais moldura em madeira, com prova em papel simples para aprovação, com as seguintes características: Tamanho do mapa: 240 por 240 centímetros; Mapa com base em chapa metálica, espessura mínima "chapa 24", com aplicação de adesivo impresso em policromia. 1 (um) conjunto de 48 botões magnéticos coloridos para marcação de locais no mapa.	R\$ 2.810,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O gabinete do Diretor Técnico-Científico, situado no edifício do Instituto Nacional de Criminalística, conta com um mapa do Brasil afixado em uma de suas paredes. Tal elemento é muito útil em discussões gerenciais diversas, na medida em que dá fácil visão da distribuição territorial das unidades do Sistema Nacional de Criminalística, composto de unidades distribuídas em todas as Unidades da Federação. Por sua vez, permite dirimir dúvidas sobre qualquer localização em território nacional, além de se constituir numa adequada peça de decoração do ambiente, condizente com o espírito republicano e de defesa do Estado Nacional preconizado na missão institucional da Polícia Federal.

2.2. Contudo, tendo sido instalado há mais de dez anos, o mapa atual, impresso em papel, já se encontra visivelmente desgastado, além de representar as divisões territoriais de maneira diferente da divisão administrativa adotada pela PF por meio de suas superintendências regionais e delegacias descentralizadas.

2.3. Por sua vez, com a estruturação técnica do Sistema de Inteligência Geográfica da DITEC, ao criar a Área de Geomática (AGEO), materializou um sistema de cartografia eletrônica próprio da PF, no qual estão representadas informações territoriais, periciais e gerenciais de interesse. Entre suas possibilidades, está a de produzir cartas personalizadas do território nacional, sobrepondo ao mapa do Brasil circunscrições de superintendências regionais e delegacias descentralizadas, bem como outras informações relevantes.

2.4. Se, por um lado, a necessidade de substituição do mapa existente já faria oportuna a aquisição de um novo, por outro, a AGEO poderia produzir um novo mapa personalizado. Propõe-se, assim, materializar um produto cartográfico único, não disponível em outro lugar, e de utilidade gerencial para a DITEC/PF.

3. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo de entrega do bem é de 15 (quinze) dias, contados da entrega do empenho à contratada, em remessa única, no seguinte endereço: SPO Quadra 7, Lote 23, Ed. Instituto Nacional de Criminalística, Gabinete da DITEC, CEP: 70610-200 Brasília, DF.

4.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

4.2.1. receber, da contratada, o arquivo digital com o mapa a ser impresso;

4.2.2. manter sigilo sobre o conteúdo do mapa, não divulgando-o tampouco dando acesso a ele a terceiros;

4.2.3. apresentar, antes do decurso do prazo, prova colorida do mapa em papel simples para revisão e aprovação por parte da Contratante;

4.2.4. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local

deste Projeto Básico, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constará as indicações detalhadas a respeito do objeto contratado;

4.2.5. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.2.6. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

4.2.7. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.2.8. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na adjudicação;

4.2.9. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.3. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. O bem será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda da Diretoria Técnico-Científica tem como base as seguintes características:

5.1.1. 1 (um) mapa a ser afixado na parede do Gabinete da Diretoria Técnico-Científica, mais moldura em madeira, com prova em papel simples para aprovação, com 240 por 240 centímetros de dimensão. A base deve ser feita em chapa metálica, com espessura mínima "chapa 24", sobre a qual deve ser aplicado impresso em policromia, com a ilustração do mapa. Adicionalmente, deve ser entregue 1 (um) conjunto de 48 botões magnéticos coloridos para marcação de locais no mapa.

5.1.2. A prova em papel, na mesma escala do produto final, deve ser colorida, podendo ser composta de diversas folhas de papel coladas em mosaico, para que se possam verificar a adequabilidade da impressão. Nesse momento, a contratante poderá indicar alterações a ser feitas, sendo o suspenso o prazo de entrega enquanto esta não entregar o arquivo digital com as alterações à contratada.

5.1.3. O mapa final pode ser dividido em duas seções, devidamente unidas e em mesma escala, devendo ser observada a mesma tonalidade entre as seções, não podendo faltar nenhuma parte do mapa entre elas.

5.1.4. A contratada providenciará a afixação do mapa à parede do gabinete, bem como a remoção do mapa hoje existente.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. fornecer à Contratada arquivo digital com imagem do mapa a ser impressa no prazo de três dias após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União;

6.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecida neste Projeto Básico;

6.1.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Projeto Básico, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

6.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Projeto Básico.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

7.1.1. receber, da contratada, o arquivo digital com o mapa a ser impresso;

7.1.2. manter sigilo sobre o conteúdo do mapa, não divulgando-o tampouco dando acesso a ele a terceiros;

7.1.3. apresentar, antes do decurso do prazo, prova colorida do mapa em papel simples para revisão e aprovação por parte da Contratante;

7.1.4. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local deste Projeto Básico, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações detalhadas a respeito do objeto contratado;

7.1.5. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.6. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.7. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.8. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na adjudicação;

7.1.9. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.1.6. não mantiver a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da adjudicação;

11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos

ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília-DF, 02 de outubro de 2018.

LAÉRCIO DE OLIVEIRA E SILVA FILHO

PERITO CRIMINAL FEDERAL

Responsável pela AGQL/DITEC/PF

Aprovo o presente Projeto Básico.

AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **LAERCIO DE OLIVEIRA E SILVA FILHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 15/10/2018, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR, Diretor(a)**, em 18/10/2018, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8591410** e o código CRC **A786C8EB**.